INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA

Unidade Curricular	Direito, Ética e Intervenção Social	Área Científica	Direito
CTeSP em	Serviço Social e Desenvolvimento Comunitário	Escola	Escola Superior de Educação de Bragança
Ano Letivo	2020/2021	Ano Curricular	1
Nível	0-1	Créditos ECTS	5.0
Tipo	Semestral	Semestre	1
Código	4057-557-1102-00-20		

Horas totais de trabalho	135	Horas de Contacto	T -	TP 54	PL 36	TC -	S -	E -	OT -	O -

T - Ensino Teórico; TP - Teórico Prático; PL - Prático e Laboratorial; TC - Trabalho de Campo; S - Seminário; E - Estágio; OT - Orientação Tutórica; O - Outra

Nome(s) do(s) docente(s)	Benilde Joaquina Pereira Moreira

Resultados da aprendizagem e competências

No fim da unidade curricular o aluno deve ser capaz de:
1. Discutir o conceito de direito, Estado e ética;
2. Apontar as características da Constituição da República Portuguesa de 1976;
3. Relacionar os direitos fundamentais com os direitos sociais, económicos e culturais;
4. Nomear os organismos que impõe ao Estado um dever de atuação para a concretização dos direitos e deveres sociais;
5. Debater a pertinência da proteção dos direitos sociais e as práticas legais de intervenção social;
6. Apontar a legislação e organismos de caráter social mais relevantes e conhecer os mecanismos de interação entre eles;
7. Indicar as áreas de intervenção sócio-legal sugerindo soluções de integração e orientação.

Pré-requisitos

Não aplicável

Conteúdo da unidade curricular

- Direito, Estado e Sociedade - Constituição da república Portuguesa de 1976 e os direitos fundamentais - Os direitos e deveres económicos, sociais e culturais - Os sujeitos jurídicos - Práticas de intervenção sócio-legal - Instituições públicas e privadas de caráter social - Formas de atuação com as entidades públicas e privadas

Conteúdo da unidade curricular (versão detalhada)

1. Direito, Estado e Sociedade
   - Relação entre os conceitos de Direito, Estado e sociedade
   - A ética como um valor de direito
   - O Estado social
   - As regras sociais
   - A organização do direito
   - Os principais órgãos públicos do Estado
2. A Constituição da República Portuguesa de 1976 e os direitos fundamentais
   - A origem da Constituição democrática e as suas características
   - O catálogo dos direitos fundamentais
   - O regime jurídico dos direitos fundamentais
3. Os direitos e deveres económicos, sociais e culturais
   - O regime jurídico de proteção social
   - A família
   - As crianças e a juventude
   - O trabalho
   - Os idosos
   - O apoio social através do sistema de segurança social
4. Os sujeitos jurídicos
   - Pessoas singulares e coletivas
   - A personalidade jurídica e a capacidade jurídica
   - As incapacidades jurídicas
   - Aspetos legais da menoridade
   - Pessoas coletivas e direitos sociais
5. Práticas de intervenção social
   - As relações jurídicas na família
   - As relações jurídicas laborais
   - Intervenção social perante alguns tipos de crime
6. Instituições públicas e privadas de caráter social
   - Das entidades de primeira linha à resolução alternativa de conflitos
   - Associações e instituição particulares de solidariedade social
7. Formas de atuação com as entidades públicas e privadas
   - A denúncia às autoridades policiais
   - O acompanhamento das entidades judiciais
   - O acompanhamento das entidades de intervenção social

Bibliografia recomendada

1. Cunha, P. F. (2014). Direitos Fundamentais - Fundamentos e direitos sociais. Lisboa: Quid iuris.
2. Patto, O. V. (2008). No cruzamento do direito e da ética. Coimbra: Almedina.
3. Queiroz, C. (2014). O Tribunal Constitucional e os direitos sociais. Coimbra: Coimbra Editora
4. Sampaio, J. S. (2015). O Controlo jurisidicional das políticas de direitos sociais. Coimbra: Almedina
5. Ribeiro, M. A. (2013). Introdução ao direito para as ciências sociais. Coimbra: Almedina

Métodos de ensino e de aprendizagem

- Discussão; - Debate de assuntos da atualidade; - Trabalhos de grupo; - Análise de textos; - Resolução de casos práticos; - Análise de decisões judiciais.

Alternativas de avaliação

1. Avaliação contínua - (Ordinário, Trabalhador) (Final)
   - Prova Intercalar Escrita - 60%

Este documento só tem validade académica depois de autenticado, em todas as suas folhas, com o selo a óleo da Instituição.

Alternativas de avaliação

- Trabalhos Práticos - 40%

2. Avaliação por exame - (Ordinário, Trabalhador) (Recurso, Especial)
- Exame Final Escrito - 100%

Língua em que é ministrada

Português, com apoio em inglês para alunos estrangeiros

Validação Eletrónica

Benilde Joaquina Pereira Moreira	Pedro Alexandre Oliveira Couceiro	Cristina Maria Mesquita Gomes	António Francisco Ribeiro Alves
02-12-2020	02-12-2020	15-02-2021	19-02-2021

Este documento só tem validade académica depois de autenticado, em todas as suas folhas, com o selo a óleo da Instituição.